

**Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de Economia**

INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA SUL-AMERICANA E A UNASUL

Denis Miller de Carvalho

**Professor Orientador: Professor Adjunto. Enrique Amayo Zevallos,
Ph.D.**

Professor Examinador: Professora Dr^a. Luciana Togeiro de Almeida

Araraquara, 2010

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar a trajetória dos países da América do Sul rumo ao sonho da integração regional, as falhas e os progressos obtidos ao longo do processo e a recente criação da UNASUL, um bloco resultante de inúmeras negociações entre os países sul-americanos e, embora com muitas dificuldades a serem enfrentadas, o símbolo de maior maturidade no assunto referente à integração na América do Sul.

Palavras-chave: Integração regional; América do Sul; UNASUL.

Lista de Tabelas

Tabela 01	Exportações do MERCOSUL	p.16
Tabela 02	Importações do MERCOSUL	p.17
Tabela 03	Comércio no MERCOSUL	p.18
Tabela 04	Inversão estrangeira no MERCOSUL	p.19
Tabela 05	Origem e destino dos fluxos de IED até o MERCOSUL	p.19
Tabela 06	Evolução recente da atividade econômica no MERCOSUL	p.20
Tabela 07	Comércio interno na Comunidade Andina	p.24
Tabela 08	Comércio de mercadorias na CAN	p.24
Tabela 09	População, área, PIB e PIB per capita da CAN	p.25
Tabela 10	Crescimento do PIB da CAN	p.26
Tabela 11	Índice de preços ao consumidor da CAN	p.26
Tabela 12	Exportações dos membros da Comunidade Andina	p.26
Tabela 13	Importações dos membros da CAN	p.27
Tabela 14	Exportações da CAN por zonas econômicas	p.28
Tabela 15	Estrutura percentual das exportações da CAN	p.28
Tabela 16	Exportações internas à CAN	p.29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. CAPÍTULO I – OS PRECEDENTES DA UNASUL.....	09
1.1 Projetos de integração latino-americanos.....	09
1.2 Um novo contexto; fim da bipolaridade mundial, redemocratização da América Latina.	11
1.3 O desenvolvimento do MERCOSUL.....	11
1.4 Brasil e Argentina; Uruguai e Paraguai.....	12
1.5 Estrutura institucional do MERCOSUL.....	13
1.6 MERCOSUL e suas dimensões econômicas.....	15
1.7 CAN, Comunidade Andina de Nações.....	22
1.8 Alguns dados econômicos da Comunidade Andina.....	24
1.9 Vantagens estratégicas da CAN e suas relações com o MERCOSUL.....	29
2. CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO DA UNASUL.....	31
2.1 Os interesses norte-americanos na América Latina e a reação sul-americana.....	31
2.2 IIRSA.....	33
2.3 Mudança de postura em relação à IIRSA.....	35
3. CAPÍTULO III – CONSOLIDAÇÃO DA UNASUL.....	37
3.1 Criação da Comunidade Sul-Americana de Nações CSN/CASA.....	37

3.2 Criação da UNASUL.....	39
3.3 Conselho de Segurança Sul-Americano.....	40
3.4 Dificuldades enfrentadas pela UNASUL.....	45
3.5 As crises internas do MERCOSUL e CAN.....	47
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	52

INTRODUÇÃO

O sonho da integração latino americana é antigo e remete a ícones históricos como Simon Bolívar e Francisco Miranda. Várias foram as tentativas de integração ao longo do século XX, algumas fracassaram, outras caminham superando suas dificuldades e obtendo graduais e importantes conquistas. Este desejo de união continental é fruto da idéia de que unidos, os países da América Latina teriam maiores chances de êxito no mundo globalizado do século XX e XXI. Eles, unindo suas economias e culturas, no geral estariam mais preparados para aproveitar de forma mais eficiente as riquezas existentes no subcontinente Latino Americano. Através do conhecimento das peculiaridades de cada povo poderiam traçar-se projetos sociais mais adequados a cada uma das realidades deles, ou seja, os ganhos advindos do crescimento econômico do bloco seriam mais eficientemente aplicados uma vez que, como unidade (e não apenas comercial, mas também social e política) seria de seu interesse democratizar os ganhos e não estabelecer ganhos de uns sobre os outros. Além do campo econômico a idéia da criação de um bloco continental visava facilitar a livre circulação de cidadãos dos países integrantes dentro do bloco, estimular o turismo interno, o intercâmbio universitário e, conseqüentemente, a troca de conhecimentos científicos. Resumindo: conhecer cada um dos vizinhos latinos, pois, apesar da proximidade territorial, durante séculos suas sociedades foram desconhecidas umas às outras. Estas seriam as vantagens internas trazidos pelo bloco, sendo as vantagens externas a criação de uma economia mais forte como unidade para enfrentar as relações comerciais com os países externos a elas, principalmente com as nações desenvolvidas. O objetivo era aumentar a representatividade da América Latina no mundo, não apenas como região exportadora de produtos primários, mas também como região capaz de se inserir como uma economia forte e diversificada.

Este era e ainda é o sonho de uma união bem sucedida, porém, ainda distante de ser alcançada. Várias são as dificuldades enfrentadas para o alcance de tal objetivo, dentre elas podemos citar a assimetria econômica existente entre diversos países da América Latina, o que gera conflitos de interesses e impasses à concretização dos planos necessários ao processo de integração. Mesmo num âmbito menor podemos citar tais conflitos, como no caso do MERCOSUL, um bloco econômico comercial do Cone Sul, bem consolidado e sucedido em muitos aspectos, mas ainda enfrenta alguns problemas entre seus membros. Os membros menores, Uruguai e Paraguai se sentem pouco atendidos dentro do bloco; criticam a postura brasileira e argentina de tentar hegemonizar o MERCOSUL. Além

disso, existe conflito de interesses bilaterais, como é o caso da disputa entre Argentina e Uruguai em relação à indústria do papel, conflito este ainda não solucionado pelo bloco. Voltando ao nível latino-americano, também há fatores externos que tornam difícil a consolidação de uma união como é o interesse econômico e político dos países desenvolvidos. Isso leva a que alguns países da América Latina estabeleceram acordos bilaterais com Estados Unidos e/ou países da Europa, como foi o caso do Chile e seus acordos com os EUA, isso dificultou sua integração o resto do continente latino americano, pois, Chile não queria comprometer seu acordo considerado importante para sua economia. Podemos também citar o caso da Colômbia e seu acordo com os Estados Unidos; este último contribuiu financeiramente na luta do governo colombiano contra as FARC. A Colômbia tinha que avaliar se seus interesses econômicos e políticos com os Estados Unidos não seriam feridos por um estreitamento de suas relações com os países da América do Sul.

Além dos acordos bilaterais com alguns países latino-americanos, os Estados Unidos tentaram, sem sucesso, criar um bloco econômico para o continente americano, a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, vista com certo ceticismo pelos países latinos, pois tal iniciativa mostrava ter como objetivo a quebra das barreiras comerciais para o livre comércio entre os países da América, cada um competindo na situação econômica em que se encontrava. Para vários governos latinos este acordo não pareceu interessante, pois arruinaria a indústria nascente ou, sendo mais fraca que a norte-americana, simplesmente quebraria ao entrar em concorrência com as indústrias daquele país. Mesmo no campo agrícola alguns países da América Central e do Sul poderiam ser prejudicados. O acordo também não previa livre circulação de mão-de-obra entre os países integrantes do bloco. Diante de tais problemas apresentados o projeto foi rejeitado. Além disso, diante da intenção clara de aumento da influência americana na região, países como o Brasil se mobilizaram para acelerar o projeto de integração regional. Primeiramente, com a aproximação entre Brasil e Argentina, e posteriormente Uruguai e Paraguai, criou-se no ano de 1991 o MERCOSUL. Os países do MERCOSUL buscaram uma aproximação com os países da CAN, Comunidade Andina de Nações, grupo criado no final da década de 1960; tal aproximação pode ser considerada como uma prévia da criação de um bloco econômico sul-americano, pois como ambos os blocos já estão bem consolidados e possuem sólidas instituições, podem se complementar e contribuir para a criação de um bloco maior. A mais recente tentativa de integração nesse sentido é a UNASUL, União de

Nações Sul-Americanas. Consiste num bloco que visa unir o continente sul-americano nos campos econômico-social. Nisto consiste sua diferença em relação aos acordos de integração anteriores, como MERCOSUL, onde o que há na realidade é algo mais próximo de um mercado comum, algo mais especificamente ligado a transações comerciais. A idéia da criação da UNASUL ganhou força mais recentemente com a ascensão de governos considerados de esquerda em diversos países da América do Sul, governo Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Hugo Chávez na Venezuela dentre outros.

CAPÍTULO I

Os precedentes da UNASUL

1.1 Projetos de integração latino-americanos

O início da busca pela integração regional na América Latina se iniciou tardiamente, final do século XIX e ao longo do século XX e XXI, e ocorre de forma lenta e gradual, com muitas experiências e projetos não tão bem sucedidos. Tal demora na tentativa de aproximação entre os países latino-americanos pode ser explicada pelas rivalidades históricas e, também, pela descrença de que pudesse haver algo promissor em tais aproximações. As relações entre os países latinos e os países europeus e os Estados Unidos eram muito mais significativas do que as relações estabelecidas uns com os outros na América Latina. Brasil e Argentina, por exemplo, possuem uma rivalidade histórica pela liderança na América do Sul, tal rivalidade impediu durante muitas décadas uma maior aproximação entre estes dois países. A não união entre as duas principais economias da América do Sul seria algo que impossibilitaria qualquer tentativa de sucesso numa integração subcontinental. Com o tempo, ficou clara a necessidade de superação das rivalidades históricas e de conhecimento uns dos outros, da importância dos estreitamentos de relações políticas e econômicas, do potencial que tais aproximações teriam. No ano de 1948 foi criada na ONU a Cepal¹, Comissão Econômica para a América Latina, formada por uma série de pensadores sociais e econômicos, como Celso Furtado e Raúl Prebisch, cujo objetivo era compreender os problemas estruturais da América Latina e traçar propostas teóricas para solucioná-los. Segundo Soares Filho:

A integração neste continente foi concebida objetivamente já em 1948, com a criação da Comissão Econômica da ONU para a América Latina (Cepal), que adotou a respeito posições teóricas, apresentou propostas e formou especialistas para defendê-las. A Cepal pugnou pela idéia da integração regional nos termos de um projeto de união aduaneira e de uma união de pagamentos na América Latina. Adotou, nos anos 50, o conceito de cooperação regional com base num sistema de preferências comerciais como meio para dinamizar o desenvolvimento econômico. (SOARES FILHO, 2009, p. 23-24).

¹ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile.

A partir da inserção destas novas idéias no continente começaram a surgir iniciativas integracionistas, a primeira delas, em 1950, foi o Pacto ABC, entre Brasil, Argentina e Chile. Tal acordo não prosseguiu por dificuldades enfrentadas pelo governo brasileiro na época e pela expectativa brasileira de se beneficiar de relações com os Estados Unidos pelo papel que desempenhou na Segunda Guerra Mundial. Em 1960 surge uma proposta mais expressiva e ambiciosa que é a criação da ALALC, Associação Latino Americana de Livre Comércio, um amplo plano de integração dos países latinos com o objetivo de consolidar uma área de livre comércio.

Pelo Tratado de Montevideu, em 1960, foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, que preconizava a implantação de dois mecanismos: negociação de listas comuns de redução de tarifas alfandegárias; acordos de complementação industrial – acordos setoriais. (SOARES FILHO, 2009, p. 24).

O projeto da ALALC não foi bem sucedido, pois, não havia uma estrutura política e econômica necessária para a concretização dos projetos. Além disso, não estava nos moldes propriamente ditos de um plano de integração regional e sim de acordos comerciais. Segundo Soares Filho (2009), “não havia ainda razão suficiente para estruturar instâncias supranacionais importantes, pois a fase era de simples entendimentos comerciais, muito aquém do compatível com o porte de uma integração” (Soares Filho, 2009, p. 24). Diante disso foi criado um novo projeto chamado ALADI, Associação Latino Americana de Integração, em substituição à ALALC, em 12 de agosto de 1980 através do Tratado de Montevideu. Assim como a ALALC, a ALADI não obteve sucesso, pois, suas instituições eram fracas para conseguir levar tal projeto a diante e, além disso, o cenário externo era desfavorável devido às crises do petróleo da década de 1970. Os efeitos do primeiro choque do petróleo, ocorrido no ano 1973, foram atenuados pelos petrodólares investidos, pelos países árabes, na Europa e Estados Unidos, e dando condições a estes de realizarem empréstimos aos países latinos, algo que não ocorreu durante o segundo choque do petróleo, ocorrido no ano de 1979, onde Estados Unidos adotaram política de juros altos e, além de esgotarem os investimentos que poderiam ir para as economias latinas, elevaram fortemente o impacto negativo sobre os juros da dívida externa das nações latino-americanas que, desta forma, mergulharam numa séria crise econômica. Diante de tal quadro os projetos de integração passaram por uma fase de estagnação.

1.2 Um novo contexto; fim da bipolaridade mundial, redemocratização da América Latina

No final dos anos 80 e início dos anos 90 o mundo passava por significativas transformações, a bipolaridade mundial chegava ao seu fim com a queda da URSS, a economia global se tornava cada vez mais dinâmica, aumentavam os fluxos de capitais, os investimentos externos realizados em diversos países, o comércio mundial se intensificava, esse era o início de uma nova ordem mundial. Dentro desta nova ordem estabelecida, o posicionamento defendido por alguns políticos e economistas para a América do Sul era de uma ampliação das relações político-econômicas como forma de fortalecer a região frente ao novo cenário que se apresentava.

Após as crises econômicas dos anos 70 o Estado intervencionista perdeu parte de sua credibilidade e, naquele contexto de crise a ideologia neoliberal ganhou força. As nações desenvolvidas defendiam uma postura neoliberal para os países em desenvolvimento, como um meio para se alcançar o desenvolvimento. Políticos e economistas norte-americanos e latino-americanos de alinhamento liberal traçaram uma série de medidas a serem seguidas pelas economias dos países da América Latina. Tais medidas foram chamadas de Consenso de Washington, seu principal objetivo era reduzir a atuação do Estado na economia, era reduzir o tamanho do Estado. Segundo Cerro (2008), a estratégia de inserção internacional dos países periféricos na nova ordem mundial que se apresentava foi de abertura econômica, porém, os processos de integração regional funcionavam como uma tentativa de proteção contra os riscos de tal abertura econômica.

Foram várias as tentativas de integração latino-americanas até a criação da UNASUL, porém, duas delas merecem maior destaque, são os blocos econômicos MERCOSUL, Mercado Comum do Cone Sul, e a CAN, Comunidade Andina de Nações. A consolidação da UNASUL só parece ser possível através da aproximação desses dois blocos, uma vez que são as iniciativas mais bem sucedidas da América do Sul. Cabe abordar um pouco mais sobre cada um dos blocos, suas respectivas histórias, seus planos e suas realizações.

1.3 O desenvolvimento do MERCOSUL

O surgimento oficial do MERCOSUL data de 26 de março de 1991. Fazem parte de sua formação original Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A idéia inicial consistia na

criação de uma área de livre comércio e, posteriormente, na formação de uma união aduaneira. A idéia era estabelecer um comprometimento entre os quatro países do Cone Sul na progressiva quebra de barreiras às relações políticas, econômicas e sociais entre os países integrantes do bloco e, ao mesmo tempo, através do bloco se proteger da concorrência externa, Cervo (2008). São muitas as dificuldades a serem enfrentadas para se alcançar os objetivos traçados, hegemonia das economias maiores, assimetria entre os países, baixa representatividade das economias menores, dentre outros.

1.4 Brasil e Argentina; Uruguai e Paraguai

A consolidação de uma integração regional sul-americana exigia estreitamento de relações entre Brasil e Argentina, o que significava a superação de rivalidades históricas entre os dois países.

A primeira aproximação promissora entre Brasil e Argentina se deu através da União Aduaneira Brasil-Argentina, criada em 1941. Segundo Soares Filho (2009):

Dentre os fatos que antecederam, especificamente, o surgimento do MERCOSUL, o primeiro que traduz relação entre países da América do Sul suscetível de estimular o Mercado Comum é a criação da União Aduaneira Brasil-Argentina, já no ano de 1941 (SOARES FILHO, 2009, p. 24).

Porém, ainda existia rivalidade e desconfianças entre as duas nações, como pode ser evidenciado no acordo entre Brasil e Paraguai, na década de 70, para a criação da usina de Itaipu, na bacia do Paraná. A Argentina considerava a postura do governo brasileiro como imperialista. No entanto, os conflitos diplomáticos entre Argentina, Brasil e Paraguai, referentes a questão da construção da usina de Itaipu, foram solucionados pelo Acordo Tripartide, realizado no governo Figueiredo, onde foi estabelecido que os três países se beneficiariam da construção da usina. Segundo Espósito (2006), o acordo Tripartide foi assinado no ano de 1979 e estabeleceu o direito de uso conjunto dos recursos hídricos da Bacia do Rio do Prata e o direito de usufruir da produção de energia da usina de Itaipu, pondo fim, dessa forma, aos conflitos referentes à este assunto. As relações entre Brasil e Argentina foram evoluindo positivamente e a possibilidade de um projeto de integração se tornando mais clara. Juntamente com a democracia veio uma nova fase de cooperação e acordos entre as duas nações sul-americanas dentre os quais, a criação de uma comissão mista, no ano de 1985, para concretização de uma união bilateral entre Brasil e Argentina,

através da Declaração de Iguazu. No ano de 1990, na Ata de Buenos Aires, os presidentes de Brasil e Argentina estabelecem prazo para a criação de um mercado comum. A meta é criar tal mercado comum, através de medidas como redução de barreiras tarifárias, até o ano de 1994.

Primeiramente Uruguai e, posteriormente Paraguai, se integram aos processos de negociação que resultariam na criação do MERCOSUL².

1.5 Estrutura institucional do MERCOSUL

Os presidentes dos quatro países do Cone Sul estabelecem, no ano de 1991, o Tratado de Assunção, onde ficam determinadas as relações econômicas e comerciais entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai para o período de 1991-1994. Ainda no ano de 1991 é firmado o tratado de Brasília para solução de eventuais controvérsias em relação aos assuntos referentes ao bloco. No ano de 1994 foi estabelecido o Protocolo de Ouro Preto tratando da questão da estrutura institucional do bloco. O Protocolo de Brasília para solução de controvérsias é posteriormente substituído pelo Protocolo de Olivos, no ano de 2002 (<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos>). Foi realizada uma série de outros tratados, sendo os citados os mais importantes.

Os tratados de Assunção e de Ouro Preto são complementares, sendo o primeiro relacionado aos assuntos econômicos do bloco, e o segundo referente à instituição política do MERCOSUL. Como já citado, fica estabelecido através do Tratado de Assunção os objetivos de criar um mercado comum no Cone Sul, com livre circulação de mercadorias, fatores de produção e serviços.

O Tratado de Assunção estabeleceu o prazo até 31.12.94 para fixar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum do Sul, suas atribuições, o sistema de tomada de decisões, assim como o sistema permanente de solução de controvérsias (SOARES FILHO, 2009, p. 24).

Foram criados órgãos administrativos, são eles o Grupo Mercado Comum, GMC, o Conselho do Mercado Comum, CMC (<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e->

² O Mercado Comum do Cone Sul – Mercosul foi instituído pelo Tratado de Assunção, firmado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 26 de março de 1991, o qual tem como objetivo alargar o processo de integração, a cooperação e o desenvolvimento dos Estados signatários e dos demais Estados sul-americanos que vierem a aderir ao bloco.

protocolos/tratado-de-assuncao-1/). O Tratado de Ouro Preto organizou a estrutura institucional do MERCOSUL com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento do bloco e o alcance do objetivo de consolidação de uma união aduaneira e, posteriormente, de um mercado comum. Segundo Soares Filho (2009), o MERCOSUL veio a ter personalidade jurídica através do Tratado de Ouro Preto.

Veio a ter personalidade jurídica internacional declarada no Protocolo de Ouro Preto (1994), cujo art. 34 dispõe que *o MERCOSUL terá personalidade jurídica de Direito Internacional, podendo, nessa condição, praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências* (art. 35) (SOARES FILHO, 2009, p. 24).

O sistema institucional criado através do Tratado de Ouro Preto foi constituído pelos seguintes órgãos, o Grupo Mercado Comum, GMC, o Conselho do Mercado Comum, CMC, a Comissão de Comércio do MERCOSUL, CCM, a Comissão Parlamentar Conjunta, CPC, o Foro Consultivo Econômico-Social, FCES, e a Secretaria Administrativa do MERCOSUL, SAM. Cabe a cada órgão uma função específica, sendo de responsabilidade da Comissão Parlamentar Conjunta empenho na resolução de questões para aplicação das normas estabelecidas pelos órgãos do MERCOSUL. Cabe à Comissão de Comércio do MERCOSUL supervisionar o Grupo Mercado Comum, suas funções são zelar pelo pleno funcionamento da união aduaneira e tratar dos assuntos comerciais no geral, internamente e externamente ao bloco. Concerne à Comissão Parlamentar Conjunta questões trabalhistas e de crescimento sustentável. O Foro Consultivo Econômico-Social possui a função de expressar as opiniões de diversos grupos, como consumidores e comerciantes, por exemplo, sua função é apenas consultiva. Para finalizar, a Secretaria Administrativa do MERCOSUL tem a função de registrar e solucionar eventuais problemas nas decisões tomadas pelos órgãos do bloco (<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/protocolo-de-ouro-preto-1/>).

Todos os protocolos estabelecidos consolidam a estrutura do MERCOSUL, sua personalidade jurídica, seu sistema de tomada de decisões, asseguram a aplicação interna das regras estabelecidas pelos órgãos do MERCOSUL. Tratei de forma resumida sobre as estrutura institucional do MERCOSUL que, ao longo dos anos, sofreu algumas alterações em alguns de seus órgãos e inclusão de outros, porém, seu objetivo com tais adaptações e alterações continuou basicamente o mesmo, criar as condições necessárias para a consolidação do mercado comum.

1.6 MERCOSUL e suas dimensões econômicas

Na prática, o MERCOSUL iniciou com pretensões predominantemente comerciais. A ideologia neoliberal estava, inicialmente, fortemente enraizada no grupo e este foi o rumo tomado, ampliação do comércio. A ideologia neoliberal previa a abertura comercial irrestrita, a quebra de barreiras à livre circulação de mercadorias entre os países. Ao mesmo tempo em que o bloco era uma união entre países para consolidação de uma economia mais forte como uma unidade, era também um espaço criado para a prática do comércio irrestrito entre os países membros, ao menos na teoria, como sugeria o neoliberalismo. Segundo Amado Cervo (2002), houve, no Tratado de Assunção (1991) uma substituição da política estruturalista pela política de trocas comerciais e regionalismo aberto. Acreditava-se que com tal intensificação do comércio os países se beneficiariam de suas vantagens comparativas, se especializariam, as economias agrárias produziriam com maior eficiência e as mais industrializadas se desenvolveriam tecnologicamente e a economia do bloco ganharia como um todo. De acordo com Aída Lerman Alperstein:

Em primer término, el MERCOSUR se formo con el propósito de profundizar el comercio y La especialización productiva em función de las ventajas comparativas y de generar un mercado de mayor dimensión que habilitase un mayor aprovechamiento de economías de escala, el acceso a mayor variedad em el consumo o AL aumento em el grado de competencia entre las firmas atenuando prácticas monopólicas u oligopólicas. Estos son objetivos clásicos de La liberalización comercial, incluso em um contexto discriminatório como lo constituye La creación de una Unión Aduanera em el MERCOSUR (ALPERSTEIN, 2006, p.93).

Posteriormente, com o fim dos governos de orientação liberal na Argentina e no Brasil o MERCOSUL voltaria a ter como objetivo a integração, não apenas econômica, mas, também, política e social.

Ao longo da década de 1990 o MERCOSUL obteve êxito na intensificação do comércio, não apenas entre os países integrantes do bloco como também entre as economias externas. Tal fato possibilitou ganho de credibilidade para o grupo em âmbito internacional e aumento da representatividade de seus membros, com destaque para o Brasil. O bloco mergulhou numa séria crise a partir de 1998, resultando numa estagnação do processo integrador, crise esta que, segundo alguns economistas, o MERCOSUL vem se recuperando. Segundo Lerman Alperstein (2006):

Los últimos años quedaron registrados como el principal período de crisis del proceso de integración. La modificación del régimen cambiario brasileño en enero de 1999 y el deterioro a lo largo del año 2001 del cuadro económico de Argentina, no solo crearon serios obstáculos a La implementación de La llamada agenda de relanzamiento del MERCOSUR, sino también alentaron dudas acerca de La sustentabilidad del proceso de integración a largo plazo. Lo que se observa es un compleja sintonía de eventos que combinan La ausência de convergencia macroeconómica com dificultades para lograr avances em términos de La armonización de políticas microeconômicas y fragilidad institucional.

TABELA 1

EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL (milhões de US\$)					
	1999	2000	2001	2002	Taxa de Crescimento (2000-2001)
MERCOSUL					
Intra-MERCOSUL	15,163.90	17,701.90	15,233.20	7,988.90	-13.95%
Extra-MERCOSUL	59,157.70	66,804.20	72,693.20	73,056.00	8.82%
Total	74,321.60	84,506.10	87,926.40	81,044.90	4.05%
ARGENTINA					
Intra-MERCOSUL	7,071.30	8,393.50	7,512.00	4,256.90	-10.5%
Extra-MERCOSUL	16,261.50	17,857.70	19,143.80	14,740.80	7.20%
Total	23,332.80	26,251.20	26,655.80	18,997.70	1.54%
BRASIL					
Intra-MERCOSUL	6,778	7,733	6,364	3,311	-17.70%
Extra-MERCOSUL	41,233	47,353	51,856	57,051	9.51%
Total	48,011	55,086	58,220	60,362	5.69%
PARAGUAI					
Intra-MERCOSUL	307.05	551.5	518.7	-	-5.95%
Extra-MERCOSUL	433.2	317.7	471.5	-	48.41%
Total	740.7	869.2	990.2	-	13.92%
URUGUAI					
Intra-MERCOSUL	1,007.10	1,023.90	838.5	421	-18.11%
Extra-MERCOSUL	1,230.00	1,275.80	1,221.90	1,264.20	-4.22%
Total	2,237.10	2,299.70	2,060.40	1,685.20	-10.41%

Fonte: ARGENTINA, INDEC INFORMA (Novembro 2002). Em milhões de US\$ FOB

Fonte: Banco Central do Brasil, Em milhões de US\$ FOB

Fonte: Banco Central do Paraguai – Gerência de Estudos Econômicos – Dpto. Economia Internacional. Em milhões de US\$ FOB

Fonte: Banco Central do Uruguai. Em milhões de US\$ FOB

As tabelas 1 e 2, referentes às exportações e importações do MERCOSUL nos anos de 1999 a 2002 mostram as conseqüências da crise asiática na balança comercial dos países do bloco. No período retratado, o MERCOSUL se encontrava em séria crise e estagnação. O comércio intra-regional fora fortemente abalado como resultado da crise em que os países do bloco se encontravam.

TABELA 2

IMPORTAÇÕES DO MERCOSUL (milhões de US\$)					
	1999	2000	2001	2002	Taxa de Crescimento (2000-2001)
MERCOSUL					
Intra-MERCOSUL	15,370.4	17,611.6	15,379.2	8,463.3	-12.68%
Extra-MERCOSUL	64,441.6	68,888.2	65,561.7	46,981.6	-4.83%
Total	79,812.0	86,499.8	80,940.9	55,444.9	-6.42%
ARGENTINA					
Intra-MERCOSUL	6,298.8	7,197.1	5,908.7	2,061.1	-17.90%
Extra-MERCOSUL	19,209.3	17,951.3	14,402.7	4,464.3	-19.77%
Total	25,508.1	25,248.4	20,311.4	6,525.4	-19.23%
BRASIL					
Intra-MERCOSUL	6,720	7,795	7,010	5,615	-10.07%
Extra-MERCOSUL	42,502	48,040	48,571	41,616	1.11%
Total	48,222	55,835	55,581	47,231	-0.45%
PARAGUAI					
Intra-MERCOSUL	890.0	1,101.8	1,111.5	-	0.88%
Extra-MERCOSUL	835.1	948.7	877.4	-	-7.52%
Total	1,725.1	2,050.5	1,988.9	-	-3.00%
URUGUAI					
Intra-MERCOSUL	1,461.6	1,517.7	1,349.0	787.2	-11.12%
Extra-MERCOSUL	1,895.2	1,948.2	1,710.6	901,4	-12.20%
Total	3,356.8	3,465.9	3,059.6	1,688.6	-11.72%

Fonte: INDEC INFORMA (Setembro 2001) Argentina. Em milhões de US\$ CIF

Fonte: Banco Central do Brasil, Em milhões de US\$ FOB

Fonte: Banco Central do Paraguai – Gerência de Estudos Econômicos – Dpto. Economia Internacional. Em milhões de US\$ FOB

Fonte: Banco Central do Uruguai. Em milhões de US\$ CIF

A tabela 3 mostra a evolução das exportações e importações, internas e externas ao bloco, do MERCOSUL ao longo de sua primeira década.

TABELA 3

Comércio no MERCOSUL, 1991-2002												
(milhões de dólares)												
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Exportações totais	46	50	54	62	70	75	83	81	74	85	88	89
Exportações intra	5	7	10	12	14	17	21	20	15	18	15	10
Exportações extra	41	43	44	50	56	58	63	61	59	67	73	78
Importações totais	34	41	49	63	80	87	103	99	82	90	84	62
Importações intra	5	7	9	12	14	18	21	21	16	18	16	11
Importações extra	29	34	39	50	65	70	82	78	67	72	68	52

FONTE: OMC, base de dados (www.wto.org) correspondente a OMC, 2003

No que se refere ao investimento direto externo, este aumentou expressivamente nos países integrantes do MERCOSUL ao longo da década de 1990. Isso se deveu às medidas adotadas pelos governos dos países do bloco para atrair tais investimentos; dentre estas medidas estão mudanças regulatórias e privatizações de empresas públicas. A maior parte dos investimentos é oriunda dos países desenvolvidos, e os maiores receptores do Cone Sul destes investimentos são Brasil e Argentina. O fluxo de investimentos intra-bloco é significativamente inferior aos investimentos externos. (Ver tabela 4).

TABELA 4

Inversão estrangeira direta (MERCOSUL) 1991-2002					
Milhões de US\$					
Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	MERCOSUL
1991	2439	1103	84	32	3658
1992	4431	2061	137	58	6687
1993	2793	1294	75	173	4335
1994	3635	2589	138	155	6517
1995	5609	5475	156	157	11397
1996	6949	10496	144	137	17726
1997	9160	18745	230	126	28261
1998	7291	28718	336	164	36509
1999	23988	26888	66	229	51171
2000	10418	30497	96	280	41291
2001	2166	19011	152	248	21577
2002	775	16,566	s/d	177.2	17518

FONTE: Centro de Economia Internacional. Em

<http://WWW.cei.gov.ar/HTML/estadística.htm#mer> (09/11/2003)

TABELA 5

Origem e destino dos fluxos de IED até o MERCOSUL (Porcentagens)				
Principais países de origem (%)	Argentina 1992-2000	Brasil 1996-1999	Uruguai 1990-1998	Paraguai 1992-1999
EE.UU.	25.4	25.9	24.8	18.7
Espanha	39.2	16.2	5.8	s.d
França	7.2	8.1	6.7	6.3
Reino Unido	1.7	2.3	3.4	6.9
Holanda	3.9	10.1	s.d	8.4
Portugal	s.d	6.8	s.d	s.d
Itália	4.2	1.5	s.d	s.d
Alemanha	2.4	1.8	2.7	3.6
Chile	4.3	s.d	s.d	8.4

Brasil	s.d	n.c	s.d	22.5
Argentina	n.c	0.6	s.d	12.8
Uruguai	s.d	0.4	n.c	4.4
MERCOSUL	s.d	s.d	27.8	s.d
+ Chile				
Total	100	100	100	100

Notas: s.d. = sem dados, n.c = não corresponde

FONTE: Daniel Chudnovsky e A. López, op. Cit., p.9.

O período de 1998 a 2003 se caracterizou como uma fase de séria crise para o Mercosul, período de dúvidas inclusive quanto à possibilidade de continuidade da existência do bloco, pois, a Argentina estava mergulhada numa séria crise econômica e considerava, se necessário, adotar medidas protecionistas e, dessa forma, contrariar a idéia inicial do bloco de abertura econômica entre as economias do Cone Sul. Os outros países do bloco também se encontravam em crise, sendo o caso do Uruguai mais sério que a crise brasileira e paraguaia. O comércio interno do bloco foi significativamente reduzido. Porém, em decorrência de medidas adotadas pelos governos dos países do bloco e pelos órgãos do MERCOSUL, começou a haver uma maior perspectiva de recuperação econômica. Havia expectativa de crescimento do PIB de cada membro do bloco para o ano de 2004; para alguns economistas o quadro era de recuperação da difícil situação pela qual passou o MERCOSUL durante aproximadamente meia década.

TABELA 6

MERCOSUL: evolução recente da atividade econômica						
PRODUTO INTERNO BRUTO						
(taxa anual de variação)	1998	1999	2000	2001	2002	2003
América Latina e o Caribe	2.2	0.5	3.7	0.4	-0.4	1.5
Argentina	3.8	-3.4	-0.8	-4.4	-10.8	7.3
Brasil	0.1	1.0	4.0	1.5	1.9	0.1
Paraguai	-0.6	-0.1	-0.6	2.4	-2.5	2.5
Uruguai	4.4	-3.4	-1.9	-3.5	-10.7	1.0

PIB PER CAPITA						
(taxa anual de variação)						
América Latina e o	0.6	-1.1	2.1	-1.1	-1.9	0.0
Caribe						
Argentina	2.5	-4.6	-2.1	-5.6	-11.9	6.0
Brasil	-1.2	-0.4	2.6	0.2	0.6	-1.2
Paraguai	-3.2	-2.6	-3.2	-0.2	-4.9	0.0
Uruguai	3.6	-4.1	-2.6	-4.2	-11.4	0.3
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO						
(em % do PIB)						
América Latina e o	21.1	20.2	19.6	19.0	18.0	17.9
Caribe						
Argentina	20.7	18.7	17.6	15.5	11.1	13.8
Brasil	21.4	21.3	19.8	19.7	18.5	17.1
Paraguai	21.1	20.3	20.3	15.9	14.3	14.3
Uruguai	15.0	14.6	13.0	12.2	9.5	7.6
DESEMPREGO URBANO						
(taxa anual média)						
América Latina e o	9.9	10.5	10.0	9.8	10.6	10.7
Caribe						
Argentina	12.9	14.3	15.1	17.4	19.7	15.6
Brasil	7.6	7.6	7.1	6.2	11.7	12.4
Paraguai	6.6	9.4	10.0	10.8	14.7	-
Uruguai	10.1	11.3	13.6	15.3	17.0	16.8
DÍVIDA EXTERNA/EXP. DE BS. IMPOT. SS. (em %)						
América Latina e o	229	211	174	181	184	172
Caribe						
Argentina	468	528	451	435	490	428
Brasil	409	428	350	337	336	284

Paraguai	65	98	91	111	115	101
Uruguai	135	172	160	254	320	193
TRANSFERÊNCIA DE RECURSO (milhões de US\$)						
América Latina e o Caribe	27882	-2547	251	-2579	-40201	-29007
Argentina	10651	5755	1055	-15749	-20563	-13083
Brasil	7257	-1335	4076	6777	-10193	-6693
Paraguai	189	300	-30	246	-117	108
Uruguai	793	254	673	722	-2569	664

FONTE: CEPAL (2003)

1.7 CAN, Comunidade Andina de Nações

O bloco que, posteriormente, seria conhecido como CAN, foi criado em 26 de maio de 1969, sob o nome de Pacto Andino, por Chile, Peru, Bolívia, Colômbia e Equador através do Acordo de Cartagena. Tinha como meta a realização da integração regional e, através desta integração extrair benefícios nos campos econômico e social para os países do bloco. Alguns anos depois de sua realização, em 13 de fevereiro de 1973, Venezuela se integra ao bloco e Chile, sob a ditadura de Pinochet, em 30 de outubro de 1973, se retira deste³. De acordo com Amayo (2006, p. 326), “Desde 1969, existe el GRAN⁴; originalmente, contaba a Chile entre sus miembros y no a Venezuela. Pinochet sacó a Chile des GRAN; y, en esas circunstancias, Venezuela se incorporó como miembro pleno a mediados de la década de los setenta”.

A formação institucional do bloco se deu basicamente na década de 1970 e suas orientações políticas variaram ao longo das décadas de acordo com as tendências políticas internacionais. Durante a década de 1970 a orientação era de Estado interventor e protecionista, protegendo a indústria interna, se fechando às importações consideradas não necessárias. Tal modelo entrou em crise na década de 1980, a década perdida para a

³ As informações referentes a CAN foram coletadas do site oficial da Comunidade Andina de Nações; <http://www.comunidadandina.org>

⁴ GRAN, Grupo Andino, é uma outra forma de se referir à CAN, Comunidade Andina de Nações.

América Latina, após as crises do petróleo e do mergulho da América Latina como um todo na crise de suas dívidas externas. Neste novo contexto, a política de Estado interventor foi substituída por uma política de Estado mínimo, desregulamentação, abertura econômica, privatizações. Tais políticas neoliberais começaram a ser postas em prática na década de 1990 na América Latina como um todo, exceto em Cuba. No ano de 1993 foi criada uma área de livre comércio entre os países andinos, o que resultou no expressivo aumento do comércio e geração de empregos⁵.

No ano de 1997 foram realizadas algumas modificações no Pacto Andino, através do Tratado de Tujillo. Algumas adaptações no Acordo de Cartagena à nova realidade mundial. A estrutura institucional do bloco incorporou o Conselho Presidencial Andino e o Conselho de Ministros das Relações Exteriores. As decisões do bloco passaram às mãos dos presidentes. O bloco, a partir de então, passou a ser chamado de CAN, Comunidade Andina de Nações⁶.

Já no século XXI, as falhas do sistema neoliberal passaram a ser evidentes. A simples preocupação com a abertura econômica deixava negligenciadas questões importantes, como aumento da pobreza, concentração de renda, educação, dentre outras questões de cunho social. Tais assuntos passaram a ganhar importância nesta nova fase do grupo, o qual criou o Plano Integrado de Desenvolvimento Social para conhecer os problemas sociais enfrentados pelos países andinos e, desta forma, buscar soluções. A CAN inclui em sua agenda assuntos como questão ambiental, social, trabalhista, comercial, política, dentre outras⁷.

No ano de 2006, sob o governo do presidente Hugo Chávez, em 20 de setembro, a Venezuela se retira da CAN. O Chile, que havia se retirado no ano de 1973, negocia seu retorno ao bloco, e é aceito como membro associado da Comunidade Andina pelo Conselho de Ministros de Relações Exteriores⁸.

Ao longo de sua existência a Comunidade Andina de Nações realizou avanços referentes à integração regional, tais como, a não necessidade de apresentação de passaportes ou retirada de vistos para o trânsito de pessoas oriundas de qualquer país do bloco, dentro da área da CAN, não apenas com finalidade turística, mas também para trabalho. Os

⁵ Fonte: <http://www.comunidadandina.org>

⁶ Idem nota 4.

⁷ Idem nota 4.

⁸ Idem nota 4.

parlamentares andinos são eleitos por voto popular direto, o que pode ser considerado uma grande conquista do ponto de vista da integração regional. Tais conquistas mostram que, apesar de dificuldades e crises enfrentadas pelo bloco ao longo de sua história, vem sendo alcançado um relevante grau de maturidade⁹.

1.8 Alguns dados econômicos da Comunidade Andina

As relações comerciais da Comunidade Andina tem se amplificado ao longo das décadas, tanto o comércio interno quanto o externo, como mostra as tabelas a seguir.

TABELA 7

Comércio interno da Comunidade Andina como porcentagem do total de suas exportações			
	1980	1990	2002
CAN	3.8	4.1	10.6

FONTE: UNCTAD (2003).

A tabela 7 deixa claro o aumento da importância que vem adquirindo o comércio estabelecido internamente aos países da Comunidade Andina, sendo visivelmente mais expressiva a participação das transações internas ao grupo no total de exportações do bloco no ano de 2002 do que fora em 1980.

A seguinte tabela mostra que, apesar do ganho de importância das transações internas ao grupo ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, o total de negociações comerciais externas ao bloco, tanto importações como exportações, ainda é muito mais expressivo que as transações comerciais internas.

TABELA 8

Comércio de mercadorias na CAN, 1991-2002												
(Bilhões de dólares)												
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Exportações	29	28	28	34	39	46	46	39	43	58	53	53

⁹ Idem nota 4.

totais												
Exportações	2	2	3	3	5	5	6	5	4	5	6	5
intra												
Exportações	28	26	25	30	34	41	41	34	39	53	47	48
extra												
Importações	22	27	29	30	38	36	44	45	36	39	44	39
totais												
Importações	2	2	3	3	5	5	6	5	4	5	6	5
intra												
Importações	20	25	26	27	33	31	38	39	32	34	38	34
extra												

FONTE: OMC, base de dados (www.wto.org) correspondente a OMC, 2003

A tabela 9 apresenta alguns dados referentes à população, área, PIB e PIB *per capita* da Comunidade Andina de Nações como um todo e de cada um dos países membros individualmente. Nos dados cedidos a Bolívia é citada não como membro da CAN, mas como país associado ao MERCOSUL. Por isso não se encontra incluída na tabela.

TABELA 9

População, Área, PIB e PIB per capita da CAN				
Países da CAN	População (Milhões de habitantes)	Área (Milhões de km ²)	PIB (Milhões de US\$)	PIB per capita (Milhares de US\$)
Comunidade Andina	101.0	3.620	261.7	5.067
Colômbia	40.8	1.139	100.7	5.861
Venezuela	24.8	912	82.1	5.706
Peru	24.8	1.285	60.5	4.180
Equador	12.2	284	18.4	3.003

NOTA: Dados de 1998

FONTE: Informe MERCOSUL, num. 7, período 2000-2001

As tabelas a seguir, 10, 11, 12 e 13, mostram que, embora atravessando sérias crises políticas, a Comunidade Andina de Nações vem apresentando dados econômicos

favoráveis ao longo dos anos, como crescimento do produto interno bruto da maior parte dos países da CAN e ampliação das relações comerciais, tanto internamente ao bloco quanto externamente.

TABELA 10

Comunidade Andina Crescimento do PIB					
(taxa de crescimento anual)					
Países/ano	2001	2002	2003	2004	2005
Bolívia	1.7	2.4	2.8	3.6	3.3
Colômbia	1.5	3.4	2.7	4.0	3.9
Equador	5.1	3.4	2.7	6.9	3.9
Peru	0.2	4.9	3.8	5.1	6.7
Venezuela	3.4	-8.9	-7.7	17.3	9.3
CAN	2.4	-2.1	-0.8	9.3	6.8

FONTE: Secretaria Geral da CAN, Indicadores Econômicos da CAN 2005.

TABELA 11

Comunidade Andina Índice de Preços ao Consumidor					
(taxa de variação correspondente ao ano anterior)					
Países/ano	2001	2002	2003	2004	2005
Bolívia	0.9	2.4	3.9	4.6	4.9
Colômbia	7.6	7.0	6.5	5.5	4.9
Equador	22.4	9.4	6.1	1.9	3.1
Peru	(0.5)	1.1	2.4	3.7	1.5
Venezuela	12.3	31.2	27.1	19.2	14.4
CAN	8.0	10.9	10.3	7.8	6.1

FONTE: Secretaria Geral da CAN, Indicadores Econômicos da CAN 2005.

TABELA 12

Exportações dos Membros da Comunidade Andina					
(milhões de dólares)					
Países/ano	2001	2002	2003	2004	2005
Bolívia	1 351	1 375	1 633	2 254	2 791

Colômbia	12 287	11 973	12 947	16 477	20 885
Equador	4 424	4 837	5 873	7 224	9 869
Peru	7 041	7 565	8 549	12 365	16 830
Venezuela	25 868	23 897	25 979	33 775	49 211
CAN	50 970	49 646	54 981	72 095	99 596

FONTE: Secretaria Geral da Comunidade Andina.

TABELA 13

Importações dos Membros da Comunidade Andina					
(milhões de dólares)					
Países/ano	2001	2002	2003	2004	2005
Bolívia	1 708	1 770	1 601	1 888	2 343
Colômbia	12 813	12 668	12 853	16 745	21 158
Equador	5 299	6 431	6 534	7 861	10 309
Peru	7 291	7 492	8 700	10 792	13 352
Venezuela	17 667	11 198	9 035	16 272	21 846
CAN	44 778	49 559	38 724	53 557	69 008

FONTE: Secretaria Geral da Comunidade Andina.

As tabelas 14, 15 e 16, das exportações da CAN por zonas econômicas e da estrutura percentual das exportações da CAN, mostram a importância dos Estados Unidos como parceiro comercial para os países andinos. Suas exportações para os Estados Unidos superam significativamente as exportações da Comunidade Andina para o MERCOSUL. Sendo a participação norte-americana de tamanho peso para as balanças comerciais dos países da CAN, não é difícil concluir a dificuldade das negociações sul-americanas para realização de integração e ganho de autonomia para o subcontinente, autonomia esta principalmente em relação aos Estados Unidos e suas políticas estratégicas para a América do Sul. É evidente que há um longo caminho para uma aproximação benéfica e satisfatória do ponto de vista comercial entre os blocos CAN e MERCOSUL. O estabelecimento de uma zona de livre comércio na América do sul e seus resultados do ponto de vista comercial para a região ainda é algo distante, como fica evidente pelos dados das tabelas 14 e 15, que mostram uma taxa de exportações da CAN para o MERCOSUL pouco expressiva, ao menos se comparada com o comércio com os Estados Unidos, a União Européia e internamente a CAN.

TABELA 14**Exportações da CAN por zonas econômicas**

(em milhões de dólares)

Destino/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	Incremento2005/2004 em (%)
Estados Unidos	21629	20038	22112	29843	45275	51.7
Comunidade Andina	5653	5189	4900	7361	8892	21.2
União Européia - 15	6052	6130	8335	8954	10183	13.7
MERCOSUL	1848	1352	1236	2367	2412	1.9
China	574	754	901	1671	2311	38.3
Japão	803	698	784	1178	1316	11.7
México	823	797	900	1385	1464	5.7
Total Exportado	50970	49646	54981	72095	99586	38.1

FONTE: Secretaria Geral da Comunidade Andina.

TABELA 15**Estrutura percentual das exportações da CAN**

(por zonas econômicas)

Ano/Zona	Total Exportado	EE.UU	CAN	União Européia	MERCOSUL	China	Japão	México
2004	100.0	41.4	10.8	12.4	3.3	2.3	1.6	1.9
2005	100.0	45.5	9.1	10.2	2.4	2.3	1.3	1.5

FONTE: Secretaria Geral da Comunidade Andina.

Como mostra a tabela a seguir, os dois países mais dinâmicos economicamente na CAN até o ano de 2005 eram Venezuela e Colômbia. Venezuela sai do bloco em 2006 e Peru,

Colômbia e Equador estreitam suas relações com os Estados Unidos; isto explica a séria crise pela qual o bloco vem passando nos últimos anos¹⁰.

TABELA 16

Matriz de exportações intracomunitárias. Janeiro de 2005						
(milhões de dólares)						
Países de destino						
País Exportador	Bolívia	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela	Comunidade Andina
Bolívia		176	3	126	158	464
Colômbia	48		1330	719	2113	4211
Equador	6	345		911	95	1357
Peru	154	359	289		288	1090
Venezuela	5	1022	300	473		1801

FONTE: Secretaria Geral da Comunidade Andina, no site da CAN,

[HTTP://www.comunidadandina.org](http://www.comunidadandina.org)

1.9 Vantagens estratégicas da CAN e suas relações com o MERCOSUL

A grande vantagem estratégica da Comunidade Andina consiste no fato de possuir saída para os oceanos Atlântico, através da Colômbia e Venezuela, e Pacífico, através da Colômbia, Equador e Peru, e também, para o mar do Caribe e das Antilhas através da Colômbia e Venezuela. Considerando a importância que este oceano vem ganhando devido ao crescimento do mercado asiático, excepcionalmente a China, a saída para o oceano Pacífico é uma vantagem considerável. Tais características, saída para os dois oceanos já citados e mar do Caribe, proximidade com América Central e do Norte, dão à CAN uma posição privilegiada estrategicamente. De acordo com Amayo (2006):

¹⁰ A referida crise pela qual passa a Comunidade Andina é consequência, segundo Vázquez (2007), da insistência de Colômbia, Peru e Equador em estreitarem relações com os Estados Unidos mediante a negociação de um tratado de livre comércio, tratado este já assinado por Peru. Por outro lado, Venezuela mantém sua postura de distanciamento em relação aos Estados Unidos e conseqüente distanciamento dos países da CAN que se aproximam dos EUA.

De los países del GRAN, cuatro son costeros: Colombia tiene aproximadamente 2100 kms de costas y de ellas, casi la mitad, están en el Atlántico, específicamente en el Mar Caribe, y la otra mitad en el Pacífico. Venezuela tiene 2183 kms de costas Atlánticas; de ellas, casi 80% son caribeñas. Ecuador tiene aproximadamente 650 kms de costa Pacífica. Finalmente, el Perú tiene 3080 kms en el océano Pacífico. Bolivia, por las razones ya vistas anteriormente, es un país mediterráneo. Las costas del GRAN alcanzan más o menos los 8213 kms, equivalen AL 67% de las costas del MERCOSUR. Importa señalar que ese total del GRAN está dividido en 4880kms de costa pacífica y 3183 kms de costa atlántica. Una importante diferencia adicional entre los dos bloques, estriba en que se bien las del MERCOSUR son más extensas, se limitan al Atlántico y no tienen vínculo directo con el mar Caribe o de las Antillas (Amayo, 2006, p. 326-327).

Como menciona Amayo (2006, p. 328): “Es evidente, por ende, que El GRAN tiene ventajas estratégicas con relación al MERCOSUR”.

No ano de 2003, em dezembro, foi firmado um Acordo de Complementação entre o MERCOSUL e alguns países da CAN, Colômbia, Venezuela e Equador, para a formação de uma área de livre comércio¹¹. Já se havia firmado anteriormente acordos entre o Peru e o MERCOSUL, no ano de 2003, e entre Bolívia e MERCOSUL no ano de 1997 com os quais já existia o livre comércio¹². Uma união entre os dois grupos mais bem consolidados da América do Sul, criando uma área de livre comércio, é um dos passos mais importantes rumo à integração sul-americana.

¹¹ Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica nº 56, entre os Governos da República da Bolívia, da República da Colômbia, da República Bolivariana da Venezuela, da República do Equador e da República do Peru, Países-membros da Comunidade Andina, e da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, de 6 de dezembro de 2002. Informação disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/acordosinternacionais/AcordosComplEconomica/Default.htm>> Último em: 23/11/2010.

¹² Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica, entre os Governos dos Estados Partes do MERCOSUL, e o Governo da República da Bolívia, de 17 de dezembro de 1996. Informação disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/acordosinternacionais/AcordosComplEconomica/Default.htm>> Último em: 23/11/2010.

CAPÍTULO II

Desenvolvimento da UNASUL

2.1 Os interesses norte-americanos na América Latina e a reação sul-americana

Os interesses norte-americanos para a América Latina, após o estabelecimento da nova ordem mundial, começaram a se evidenciar já no início da década de 1990 com o governo de George Bush pai que gera a Iniciativa para a América Latina. Nesta iniciativa seriam tratados assuntos como a dívida externa dos países latinos, a concessão de empréstimos, investimentos e também a criação da Área de Livre Comércio das Américas, ALCA, a proposta norte-americana de integração do continente americano. Tal iniciativa objetivava, na realidade, a criação de uma grande área de livre comércio, o que não interessava a alguns países da América Latina, uma vez que viam seus próprios planos para o continente ameaçados, como era o caso do Brasil, que ambicionava ser uma espécie de liderança regional. A ALCA também era vista com certo receio por alguns países do continente que não se sentiam preparados para enfrentarem a concorrência norte-americana; temiam, desta forma, comprometer suas indústrias e suas balanças comerciais com a abertura econômica. A falta de entusiasmo com a ALCA não se aplicava a todos os países da América, alguns inclusive demonstraram atração pelo projeto, como foi o caso da Argentina, durante o governo de Carlos Saúl Menem e Chile, durante o governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle. Estes se interessavam pela questão da abertura econômica e estreitamento de laços comerciais com os Estados Unidos.

Outro fator importante que resultou na conscientização, por parte dos governos da América do Sul, da necessidade da aceleração do processo de integração regional, foi o fato dos Estados Unidos terem concretizado no ano de 1994 o NAFTA, Acordo de Livre-Comércio da América do Norte. Os países constituintes do NAFTA são Estados Unidos, Canadá e México. A vinculação de interesses entre o México e a América do Norte compromete qualquer plano de integração latino-americano, pois a economia mexicana é uma das maiores da América Latina, a formação de um bloco nesta região requer a participação mexicana. Segundo Villafañe (2005), a incorporação do México ao NAFTA significou o fim da idéia da América Latina como unidade. Englobar o México no NAFTA foi uma medida estratégica por parte dos Estados Unidos para atender aos seus interesses no

continente americano, pois anula, de certa forma, os projetos de integração da América Latina como um todo.

Diante de tal fragmentação continental, o Brasil optou por liderar negociações rumo a uma integração da América do Sul, e não mais da América Latina. O Brasil lança a proposta da ALCSA¹³, Área de Livre Comércio Sul-Americana, uma reação à proposta norte-americana da ALCA. A ALCSA seria construída aos moldes da ALADI¹⁴, porém, não obteve êxito. O projeto não foi concretizado, mas teve grande importância do ponto de vista de ter representado o início do trabalho de busca da integração da América do Sul. Segundo Prazeres (2006), a proposta da ALCSA pelo governo brasileiro de Itamar Franco pode ser vista como uma forma de defesa contra a atração gerada pelo NAFTA sobre alguns países da América do Sul, principalmente sobre a Argentina, o principal parceiro do Brasil no MERCOSUL. Diferentemente do MERCOSUL, que abrange apenas os países do Cone Sul, a ALCSA englobaria toda a América do Sul.

A ALCSA foi a primeira tentativa de integração de toda América do Sul nessa nova ordem mundial, estabelecida após o fim da URSS. A partir de então, o assunto da integração regional se faz presente como uma das prioridades dos governos da América do Sul. Segundo Cervo (2002), o Brasil buscava liderar e desenvolver o projeto de integração regional para defender seus interesses comerciais e políticos na América do Sul e se proteger da tentativa de influência norte-americana na América do Sul, uma vez que esta comprometia os planos da política externa brasileira. No ano 2000 houve o que foi chamado de Relançamento do MERCOSUL, normas que estabeleciam uma nova postura e novos objetivos para o bloco. Começou a ser trabalhada a aproximação entre o MERCOSUL e a CAN, foram estabelecidos acordos entre países de cada um dos blocos e traçada a meta de, através da união dos dois grupos, criarem uma área de livre comércio da América do Sul. Tais medidas e projetos mostram que passou a existir um empenho dos governos sul-americanos para a concretização da integração regional sem precedentes.

Os presidentes dos 12 países da América do Sul passaram a se encontrar nas Reuniões da Cúpula dos Presidentes da América do Sul, onde discutiam questões relacionadas aos planos de integração. Nestas reuniões foram amadurecendo os planos de uma América do

¹³ Iniciativa econômico-comercial, que visa a liberalização comercial entre todos os países sul-americanos.

¹⁴ A ALADI é o maior grupo latino-americano de integração. É formado por doze países-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, representando, em conjunto, 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 500 milhões de habitantes

Sul unificada, pois nelas eram discutidos, além das questões comerciais, assuntos como segurança continental, infra-estrutura, questões sociais, dentre outros. Isto é algo que transcende as antigas questões abordadas pelos outros blocos, que se restringiam à assuntos meramente comerciais. Na Cúpula de Brasília, em setembro do ano 2000, com participação dos 12 presidentes da América do Sul, houve enfoque da questão energética da América do Sul e da necessidade da construção de infra-estrutura continental para viabilizar o plano de integração regional. Foi concordada nesta reunião a criação de uma grande área econômica no continente sul-americano através da união entre MERCOSUL e CAN, com participação de todos os países de ambos os blocos e também do Suriname, Chile e Guiana.

2.2 IIRSA

O plano de criação da infra-estrutura física para a América do Sul se deu através da proposta do projeto IIRSA, Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, iniciativa surgida na Reunião de Presidentes da América do Sul realizada em Brasília em agosto do ano 2000. Este projeto que abrange a construção de estradas, ferrovias, hidrovias, conectando a América do Sul como um todo e o oceano Atlântico ao oceano Pacífico, construção de sistema de energia e de telecomunicações continental, obras infra-estruturais consideradas fundamentais e prioritárias para a consolidação de um bloco integrado, vias que facilitem o escoamento de mercadorias e transporte de pessoas entre os países, estrutura para a viabilidade de um aumento da produção e do crescimento econômico¹⁵.

O financiamento de suas obras se dará através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Plata (FONPLATA) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), e a execução das obras será coordenada por um comitê de direção executiva, o qual caberá organizar a coordenação técnica e os coordenadores dos trabalhos¹⁶.

Na Segunda Reunião de Cúpula dos Presidentes da América do Sul, realizada em 2002 em Guayaquil, foi dado continuidade ao debate sobre a construção da infra-estrutura

¹⁵ Disponível em:

<<http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/O/origenes/origenes.asp?CodIdioma=ESP&CodSeccion=117>>.

Último acesso: 25/11/2010.

¹⁶ Disponível em:

<<http://www.iirsa.org/EstructuralInstitucional.asp?CodIdioma=ESP>>. Último acesso: 25/11/2010.

necessária à integração. Esta reunião complementou a primeira, realizada em Brasília em 2000, e demonstrou a vontade dos presidentes sul-americanos em dar continuidade ao projeto de integração, apesar das dificuldades enfrentadas por tal projeto.

- DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA IIRSA

- Brasil e sua posição vantajosa em relação às obras da IIRSA

As obras a serem realizadas beneficiam amplamente o Brasil por passarem por regiões estratégicas deste. Isto gera questionamentos por parte dos outros países sobre as reais intenções dos projetos e da capacidade de alguns países influenciarem os rumos das obras para atender seus próprios interesses. De acordo com Pereira de Campos (2010):

Vale destacar o papel do Brasil como grande beneficiário desse modelo de integração, aonde diretamente cinco dos dez eixos irão lhe beneficiar diretamente e justamente o financiamento para início das obras foram direcionados aonde melhor convinha a este (Campos, 2010, p. 100).

- Danos ao meio ambiente e às populações locais

A construção de rodovias de uma forma mal planejada poderia causar danos devastadores às florestas como ao meio ambiente em geral. Além disso, existem áreas preservadas e regiões indígenas, o impacto negativo sobre essas áreas e população poderia acarretar em rejeição por parte da população no geral aos projetos de integração. A iniciativa privada possui papel fundamental na execução das obras da IIRSA, muitas empresas por sua vez não têm muito conhecimento das peculiaridades culturais locais e, além disso, consideram o projeto e plano de execução por uma ótica meramente financeira. Daí resulta a reputação negativa dos projetos frente às populações. De acordo com Campos (2010):

A IIRSA estima que sejam gastos cerca de US\$7 bilhões nesses projetos de conexão na etapa peruana. O contraponto é justamente a forma como está sendo elaborada essa conexão, predominando novamente uma ligação rodoviária em regiões florestais de enorme biodiversidade, o que permitiria um maior desmatamento e uso irregular da Amazônia, além de facilitar a biopirataria (Campos, 2010, p. 100).

- Grandes empresas beneficiárias

Há poderosos grupos privados que podem não apenas serem beneficiados com a concessão das obras da IIRSA, como também podem, devido ao seu poder, influenciar nos rumos dos projetos. De acordo com Campos (2010):

Outra forma de pressão é exercida por grandes corporações interessadas em realizar esses projetos, como é o caso da construtora Odebrecht na própria realização da rodovia transoceânica ou na futura instalação de usinas hidrelétricas na região Norte do Brasil. A rentabilidade gerada por grandes obras como essas atraem somente grandes empresas e com estas o lobby político inserido (Campos, 2010, p. 100).

- Assimetria entre as economias da América do Sul

As diversas economias sul-americanas apresentam diferentes características, umas já possuem uma indústria mais sólida, outras possuem uma indústria nascente, outras são mais agrárias. Se não houver um pleno reconhecimento das peculiaridades econômicas de cada nação e um projeto bem definido de integração onde as economias não sejam sufocadas pelo livre comércio, o projeto de integração estará comprometido. Ainda que haja uma infra-estrutura bem consolidada, se houver a idéia de hegemonia no continente algumas nações se fecharão ao comércio através de medidas protecionistas para proteger a sua economia. Neste caso, toda a estrutura criada para integrar perderia seu sentido. Como mencionado por Campos (2010, p.101), “As economias dos países são muito distantes em diversos pontos, o que poderia não só prejudicar a concorrência como também forçar a quebra de alguns setores”.

- Regras comuns a todas as nações sul-americanas

É necessário um conjunto de regras, de normas comuns a todos, que facilitem as transações internacionais para tornar viável e eficiente o plano de integração.

A busca de convergência normativa seria uma realização de regras únicas para definições técnicas, comerciais e políticas para todos os países sul-americanos. Tem o objetivo de evitar impasses ou atrasos em realizações multinacionais, exigindo uma série de regras gerais que regessem as leis e códigos de todo o subcontinente(Campos, 2010, p. 103).

2.3 Mudança de postura em relação à IIRSA

Com a mudança de governo brasileiro, com a eleição de Luís Ignácio Lula da Silva, a postura brasileira em relação à IIRSA mudou, pois o novo governo, com sua orientação, política considerava mais importante que o governo anterior uma maior atuação do Estado no planejamento e atuação direta no projeto de integração através da infra-estrutura. Desta forma houve a inserção do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na participação do planejamento e financiamento das obras do projeto IIRSA. Com a eleição de diversos governos considerados de esquerda nos países da América do Sul, não apenas no Brasil, mas também na Bolívia, Argentina, Venezuela, dentre outros, o plano de integração regional ganhou nova força e o projeto voltou a ser prioridade nos assuntos referentes à política dos países sul-americanos.

Capítulo III

Consolidação da UNASUL

3.1 Criação da Comunidade Sul-Americana de Nações CSN/CASA

Na III Reunião de Cúpula dos Presidentes da América do Sul, realizada em Cuzco no ano de 2004, foi decidida pelos presidentes dos 12 países sul-americanos a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, um resultado dos projetos de construção da infraestrutura e de uma zona de livre comércio para a América do Sul, realizada através de acordos entre MERCOSUL e CAN, que estava culminando para a consolidação do projeto de integração regional, que agora passava a ser expresso através do grupo CASA. De acordo com a declaração de Cuzco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações, realizada na III Reunião de Cúpula dos Presidentes da América do Sul, a integração regional se desenvolverá através de alguns pontos, são eles¹⁷:

- A ação conjunta, política e diplomática, dos países da América do Sul que afirme a região sul-americana como área diferenciada e dinâmica em suas relações externas.
- O aprofundamento da convergência entre MERCOSUL, CAN e Chile, através do aperfeiçoamento da zona de livre comércio apoiando-se na Resolução 59 do XIII Conselho de Ministros da ALADI de 18 de outubro de 2004¹⁸, e sua evolução a fases superiores da integração econômica, social e institucional. Os governos de Suriname e Guiana se associaram a este processo.
- A integração física, energética e de comunicações na América do Sul sobre a base do aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e subregionais existentes, com a consideração de mecanismos financeiros inovadores e las propostas setoriais em curso que permitam uma melhor realização de inversões em infra-estrutura física para a região.
- A harmonização de políticas que promovam o desenvolvimento rural.

¹⁷ As informações apresentadas estão disponíveis em:

< http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/cusco_sudamerica.htm>. Último acesso em: 26/11/2010.

¹⁸ A Resolução 59 (XIII) do Conselho de Ministros aprovou as bases de um programa para a conformação progressiva de um Espaço de Livre Comércio (ELC) na ALADI. Disponível em: <http://www.aladi.org/nsfaladi/juridica.nsf/c5f7c56050301b3a032574ec00707bb3/34ff514c79c5b421032571bf0068c700?OpenDocument>. Último acesso: 26/11/2010.

- A transferência de tecnologia e de cooperação horizontal em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura.
- A interação entre as empresas e a sociedade civil na dinâmica de integração do espaço sul-americano, levando em conta a responsabilidade social empresarial.

A CASA tinha como objetivos o aprimoramento das questões referentes à integração regional nos campos econômico, social, político, dar prosseguimento aos planos de construção da infra-estrutura na América do Sul, consolidar as instituições do bloco, tomando como referência as instituições do MERCOSUL e as experiências bem sucedidas tanto do MERCOSUL quanto da CAN, projetar a América do Sul para o mundo¹⁹. Segundo Gajate (2007), a consolidação da CASA se dará através da convergência entre CAN, MERCOSUL e Chile, e tal convergência está pautada em cinco pontos, institucional, político, social, comercial, e de política exterior. De acordo com Gajate:

Conforme los documentos funcionales, resulta claro que la CSN se construirá sobre la base de la aproximación y convergencia entre la Comunidad Andina, El MERCOSUR, y la participación activa de los otros três países miembros Chile, Surinam y Guyana. Es decir, que em la construcción de la CSN tanto la Comunidad Andina como el MERCOSUR deberán aportar sus fortalezas y al mismo tiempo profundizar sus respectivos procesos de integración em busca profosamente de su convergência (GAJATE, 2007, p. 48).

Em princípio, não há a idéia da criação de instituições completamente novas para a CSN, devendo-se aproveitar as instituições dos grupos CAN e MERCOSUL e deve-se criar um instrumento de solução de controvérsias para solucionar eventuais problemas do novo bloco, conforme citado por Gajate (2007):

No se há pensado prima facie em la construcción orgánica de la CSN em nuevas instituciones que reemplacen y se superpongan a las ahora existentes em la CAN o el MERCOSUR, no obstante haberse señalado la necesidad de contar um “Instrumento de Solución de Controvérsias para dar apoyatura institucional”. Se há interpretado em este sentido que se trata de um proceso de confluencia de volundades que significará mantener por um buen tiempo las especificidades de cada proceso de integración, mientras se confluarmónicamente em una voluntad de mayores propósitos, em los diferentes âmbitos de confluência que se han previsto (GAJATE, 2007, p. 54).

Ainda segundo Gajate (2007), a consolidação da integração sul-americana, através da construção da CSN/CASA, está sustentada em quatro pilares, são eles: cooperação política;

¹⁹ Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>. Último acesso: 25/11/2010

integração comercial e complementação produtiva; integração energética; infra-estrutura, competitividade e desenvolvimento, segundo este autor. A cooperação política se dá através de reuniões e diálogos entre os presidentes dos países da América do Sul onde são debatidos assuntos dos mais diversos tipos e amadurecidas as relações diplomáticas entre os países, sendo, desta forma, o primeiro passo para a tomada de medidas referentes à integração regional. A integração comercial se dará através do livre fluxo de bens e de mão-de-obra, infra-estrutura, complementação industrial, políticas comerciais comuns e coordenação macroeconômica. A integração energética se dará através da exploração dos vastos recursos energéticos do continente sul-americano e da construção de uma infra-estrutura que viabilize o escoamento dos produtos para fins comerciais e também para beneficiar todos os países da América do Sul, possibilitando seus projetos de desenvolvimento, atendendo suas respectivas demandas por recursos energéticos. A integração através da infra-estrutura é imprescindível para o projeto de integração, para viabilizar as outras formas de integração já citadas, construção de estradas, hidrovias, ferrovias, aeroportos, conectando os mais importantes pontos do continente e promovendo desenvolvimento econômico e social para a região.

A diferença entre este novo projeto de integração e os projetos anteriores é que não se trata de um plano de criação apenas de uma área de livre comércio, de uma simples união entre os membros da CAN, MERCOSUL, Chile, Suriname e Guiana, mas da cooperação entres estes países em vários campos, como político, social, cultural, assuntos relacionados ao meio ambiente, recursos energéticos dentre outros, e talvez seu principal diferencial seja a idéia de solidariedade entre os países da América do Sul com o propósito de corrigir assimetrias existentes entre os diversos países e, proporcionar, desta forma, um desenvolvimento mais igualitário.

3.2 Criação da UNASUL

Em abril de 2007, na I Cúpula Energética, realizada em Margarita, na Venezuela, decidiu-se que a Comunidade Sul-Americana de Nações passaria a se chamar União de Nações Sul-Americanas, UNASUL, a qual foi oficialmente criada através da assinatura, pelos doze presidentes dos países da América do Sul, do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, em 23 de maio de 2008. De acordo com o artigo 2 do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas:

La Unión de Naciones Suramericanas tiene como objetivo construir, de manera participativa y consensuada, un espacio de integración y unión en lo cultural, social, económico y político entre sus pueblos, otorgando prioridad al diálogo político, las políticas sociales, la educación, la energía, la infraestructura, el financiamiento y el medio ambiente, entre otros, con miras a eliminar la desigualdad socioeconómica, lograr la inclusión social y la participación ciudadana, fortalecer la democracia y reducir las asimetrías en el marco del fortalecimiento de la soberanía e independencia de los Estados²⁰.

A UNASUL traz consigo todo o ideal de integração em seu sentido mais amplo, envolvendo democracia, justiça social, reparação de dificuldades peculiares a cada nação sul-americana, tratamento igualitário aos países membros, integração cultural, política, econômica, infra-estrutura para a América do Sul, política ambiental dentre outras planos. Esta dentre seus objetivos, além de dar continuidade aos projetos de integração traçados anteriormente, prevê a criação de um importante órgão, devido à relevância do assunto da segurança e soberania para a América do Sul, o Conselho de Segurança Sul-Americano, objetivando dar ao bloco do subcontinente autonomia em relação às instituições internacionais.

3.3 Conselho de Segurança Sul-Americano

O Conselho de Segurança Sul-Americano foi criado em 16 de dezembro de 2008 e é uma instituição pautada no respeito à soberania de cada país da América do Sul, não sendo aceitas incursões territoriais em cada país sul-americano por forças armadas estrangeiras, na criação de uma zona de paz, ações militares conjuntas e cooperação entre as forças armadas da América do Sul. Os objetivos do Conselho de Segurança foram expressos na íntegra através da Declaração de Santiago do Chile, em março de 2009, da seguinte forma:

DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE

A MINISTRA E OS MINISTROS DA DEFESA que assistiram à Primeira Reunião constitutiva do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em cumprimento do mandato das Chefas e Chefes de Estado e de Governo para a criação do CDS e aprovação de seu Estatuto em 16 de dezembro de 2008 em Salvador, Brasil, reunidos na cidade de Santiago do Chile nos dias 9 e 10 de março, reafirmam a unidade de propósitos que nossos países alcançam hoje na perspectiva de construir uma zona de paz e cooperação.

²⁰ Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/unasur/tratado_constitutivo.htm>. Último acesso: 26/11/2010.

RATIFICAM o respeito de maneira irrestrita pela soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, a não-intervenção em seus assuntos internos e a autodeterminação dos povos.

REAFIRMAM a convivência pacífica dos povos, a vigência dos sistemas democráticos de governo e sua proteção, em matéria de defesa, perante ameaças ou ações externas ou internas, no marco das normativas nacionais. Igualmente, rejeitam a presença ou ação de grupos armados à margem da lei, que exerçam ou propiciem a violência qualquer seja a sua origem.

CONSIDERAM que, apoiados na história compartilhada e solidária de nossas nações e honrando o pensamento que quem forjaram nossa independência e liberdade, o Conselho de Defesa Sul-Americano irá contribuir poderosamente para a construção de um futuro comum de nossa Região.

CONVENCIDOS de que este processo de integração e união sul-americana é ambicioso em seus objetivos estratégicos e flexível e gradual em sua implantação.

ACORDAM que os planos de ação do CDS deverão ser regidos pelos seguintes objetivos gerais:

a) Consolidar América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos, e como contribuição para a paz mundial.

2

b) Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e o Caribe, e c) Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa. ACORDAM impulsar o Conselho de Defesa Sul-Americano no marco da UNASUL através da execução do Plano de Ação 2009 – 2010, que desenvolve quatro eixos ou linhas de ação que, por sua vez, contêm uma séria de iniciativas específicas. 1. POLÍTICAS DE DEFESA a) Criar uma rede para a troca de informação sobre políticas de defesa. b) Realizar um seminário sobre modernização dos Ministérios da Defesa. c) Compartilhar e dar transparência à informação sobre gastos e indicadores econômicos da defesa. d) Propiciar a definição de enfoques conceptuais. e) Identificar os fatores de risco e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial. f) Criar um mecanismo para contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa. g) Propor o estabelecimento de um mecanismo de consulta, informação e avaliação imediata perante situações de risco para a paz de nossas nações, em conformidade com o Tratado da UNASUL. 2. COOPERAÇÃO MILITAR, AÇÕES HUMANITÁRIAS E OPERAÇÕES DE PAZ a) Planejar um exercício conjunto de assistência no caso de catástrofe ou desastres naturais. b) Organizar uma conferência sobre lições aprendidas em operações de paz, tanto no âmbito interno quanto multilateral. c) Elaborar um inventário das capacidades de defesa que os países oferecem para apoiar as ações humanitárias.

3

d) Trocar experiências no campo das ações humanitárias com vistas no estabelecimento de mecanismos de resposta imediata para a ativação de ações humanitárias perante situações de desastres naturais.

3. INDÚSTRIA E TECNOLOGIA DA DEFESA a) Elaborar um diagnóstico da indústria de defesa dos países membros identificando capacidades e áreas de associação estratégicas, para promover a complementaridade, a pesquisa e a transferência tecnológica. b) Promover ações bilaterais e multilaterais de cooperação e produção da indústria para a defesa no marco das nações integrantes deste Conselho.

4. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO a) Elaborar um cadastro das academias e centros de estudos em defesa e de seus programas, e criar uma rede sul-americana de capacitação e formação em defesa, que permita a troca de experiências e o desenvolvimento de programas conjuntos. b) Propor programas de intercâmbio docente e estudantil, homologação, avaliação e acreditação de estudos, reconhecimento de títulos e bolsas entre as instituições existentes, em matérias de defesa. c) Constituir e pôr em andamento o Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa (CSEED), e encomendar a um grupo de trabalho dirigido pela Argentina, a elaboração da proposta de seu estatuto, no prazo de 60 dias. d) Realizar em novembro de 2009, no Rio de Janeiro, o Primeiro Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos (1º ESEE).

CONCORDAM em que este Plano de Ação é uma agenda ampla para a construção comum, gradual e flexível, da identidade sul-americana de defesa. CONVOCAM os Vice-Ministros da Defesa da América do Sul a se reunirem na cidade de Quito, Equador, em meados do ano, para verificar o cumprimento deste Plano de Ação. A Ministra e os Ministros do CDS darão conta do atuado ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, no marco do artigo 5 do Tratado Constitutivo da UNASUL, como foi encomendado pela Cúpula Presidencial de Salvador, Brasil, em 16 de dezembro de 2008. Santiago do Chile, 10 de Março de 2009²¹.

A criação e consolidação de tal instituição estão sendo lideradas pelo Brasil devido a sua postura mais moderada se comparada a países sul-americanos como Venezuela, que pregam uma postura antiamericana como base do projeto do Conselho de Segurança. O Brasil adota uma postura de negociações tanto entre os países da América do Sul quanto com os Estados Unidos. O conselho de Segurança visa compreender os conflitos sul-americanos e solucioná-los através do estabelecimento de diálogo entre os países da região, internamente, evitando dessa forma a intervenção estrangeira na América do Sul, como no caso Colombiano onde há acordo entre os Estados Unidos e a Colômbia para solucionar o problema do narcotráfico neste país²². O acordo existente entre Estados Unidos e Colômbia cria uma situação de desconforto e receio entre alguns países da região, principalmente a

²¹ Disponível em: < <http://cdsunasur.org/es/consejo-de-defensa-suramericano/documentos-oficiales/59-portugues/127-declaracao-final-primeira-reuniao-de-ministras-e-ministros-da-defesa-do-conselho-de-defesa-sul-americano-cds-da-unasul>>. Último acesso: 03/12/2010.

²² Os norte-americanos exercem pressão sobre os países considerados fontes de narcotraficantes, através de imposição de dificuldades para contração de empréstimos, por exemplo, caso considerem que haja falta de cooperação no combate ao tráfico de drogas por parte destes países (AYERBE, 2002).

Venezuela por sua postura antiamericana. Para esse país, a presença de militares norte-americanos é considerada como uma ameaça à soberania dos países da América do Sul. Se a presença norte-americana na Colômbia é justificada pelas atividades de narcotraficantes naquele país e os Estados Unidos suspeitam de uma expansão destas atividades para além das fronteiras colombianas, para Venezuela e Bolívia, estes países temem uma eventual tentativa de intervenção norte-americana sob o pretexto de combate ao tráfico, desrespeitando, desta forma, suas respectivas soberanias nacionais.

O Conselho de Segurança Sul-Americano se definiu como um fórum de discussão da América do Sul sobre assuntos de segurança, um órgão complementar, e não substituto, dos já existentes, como a OEA (JÁCOME, 2009) e o acordo bilateral entre Estados Unidos e Colômbia. A inclusão da Colômbia no CDS, Conselho de Segurança, Sul-Americano, só foi possível devido ao papel definido para o Conselho de Defesa, ou seja, fórum de conciliação e não de substituto dos órgãos já existentes. A Colômbia recebeu elevada ajuda financeira dos Estados Unidos para utilização em seu combate ao narcotráfico, sendo assim, não seria interessante financeiramente para a Colômbia abandonar seu acordo bilateral com os Estados Unidos para aderir a um projeto de segurança sul-americano recém criado, a menos que este Conselho substituísse o importante papel dos Estados Unidos no apoio financeiro dado à Colômbia em sua luta contra as FARC²³.

São vários os desafios a ser enfrentados e solucionados para a consolidação do Conselho de Defesa Sul-Americano, dentre eles, ganhar credibilidade entre os países da América do Sul em relação a sua capacidade de solucionar os eventuais conflitos regionais, colocar a idéia de cooperação entre os países acima dos interesses individuais. Isso requer uma reavaliação quanto aos planos de cada nação para sua própria segurança, ou seja, se esses planos não conflitam com o projeto de defesa regional, e quanto aos acordos estabelecidos com os Estados Unidos e suas conseqüências para a América do Sul e para o plano de integração, como apontado por Jácome (2009).

Uma das metas mais importantes do Conselho de Defesa Sul-Americano é assegurar a proteção das vastas áreas naturais da América do Sul, ricas em diversos recursos, não apenas energéticos, mas também em biodiversidade. Por esta razão a OTCA, Organização

²³ Segundo Serbin (2009) o presidente colombiano Álvaro Uribe declarou que para a Colômbia a OEA possui mais credibilidade que o Conselho de Defesa Sul-Americano.

do Tratado de Cooperação Amazônica será incluída no processo de integração sul-americana.

O Conselho de Defesa Sul-Americano se apresenta atualmente como um fórum dos países da América do Sul onde são tratados assuntos referentes à defesa e segurança dos países do subcontinente, mas apresenta características peculiares como a não existência de tropas para o estabelecimento da ordem, no lugar a espaço para o debate e consenso como solução pacífica para os problemas que se apresentam como no caso boliviano, onde grupos que se opunham ao presidente Evo Morales propunham a separação do país, deslegitimando a democracia boliviana²⁴. Devido à forte crise que ocorria na Bolívia foi realizada em Santiago do Chile uma reunião entre os membros da UNASUL, na Cúpula de Santiago, para tratar do caso boliviano e buscar uma solução. Ficou definida através da Declaração de Santiago que seria respeitada a autonomia da Bolívia na solução deste conflito e se buscaria uma solução de forma democrática, através de negociações. Tal conflito foi solucionado pacificamente no âmbito da UNASUL, o que mostra um importante passo dado pelo CDS rumo a sua proposta de solucionar conflitos localmente e pacificamente. Essa internalização da solução dos conflitos é um importante passo estratégico para a América do Sul rumo a sua autonomia em relação aos Estados Unidos e órgãos internacionais de defesa, pois a eficiência do Conselho de Defesa Sul-Americano deslegitima a necessidade da presença estrangeira na América do Sul e da intervenção em seus países. Outro aspecto importante na criação de uma área de paz na América do Sul através do CDS é a não necessidade por parte dos países sul-americanos em realizarem uma “corrida-armamentista”, algo que, além de dispendioso, cria uma situação de desconfiança entre os países vizinhos e se torna um empecilho ao projeto de integração regional²⁵. O Conselho de Defesa Sul-Americano foi recentemente criado e, dessa forma, ainda não atingiu sua fase máxima de maturidade; ainda há acordos bilaterais entre os Estados Unidos e países sul-americanos e conflitos ainda não solucionados como questões referentes a antigos estabelecimentos de fronteiras dos países sul-americanos, como a reivindicação boliviana de saída para o mar através do Chile, assuntos fronteiriços entre Peru e Chile, assuntos pendentes entre Venezuela e Colômbia, dentre outros conflitos,

²⁴ Bandeira (2009) aponta para a proposta de reforma agrária do governo Evo Morales como um dos motivos para iniciar o movimento separatista na Bolívia.

²⁵ Contraditoriamente ao empenho em criar uma “área de paz” para a América do Sul através dos CDS, alguns países sul-americanos demonstram interesse em ampliar seu poderio militar, como pode ser evidenciado no projeto brasileiro de ampliação da frota de submarinos, incluindo 6 submarinos nuclear e 20 convencionais.

porém, o projeto vem obtendo alguns importantes êxitos, como a já citada intervenção no conflito boliviano, e a própria inserção da Colômbia no Conselho de Defesa Sul-Americano.

O principal problema enfrentado pelo Conselho de Segurança Sul-Americano, e que ameaça sua própria consolidação, é a questão da Colômbia e seu acordo com os Estados Unidos. Tal acordo gera um sério clima de tensão entre os países da América do Sul, principalmente na Venezuela por seu histórico de recentes desavenças diplomáticas entre o atual governo de Hugo Chávez e os governos norte-americanos, além de ser considerada pelos Estados Unidos como uma região propensa a atividades de narcotraficantes. A busca de aprofundamento dos Estados Unidos em seu acordo com a Colômbia, através do aumento do contingente militar e presença civil estabelecidos na Colômbia (JÁCOME, 2009), além do projeto de adaptação de bases colombianas para recebimentos de aviões de caça norte-americanos, representam uma séria ameaça à soberania dos países da região. O Brasil, assumindo o papel de liderança em relação à UNASUL, busca solucionar a questão colombiana através de negociações com o governo deste país com o intuito de tornar o combate ao narcotráfico um assunto de toda a América do Sul, e não apenas colombiano. Sendo assim, é estudada a proposta de criação de um órgão de combate ao narcotráfico, o Conselho de Luta Contra o Tráfico, cujo objetivo é internalizar a problemática colombiana na UNASUL e buscar uma solução internamente, autonomia em relação aos Estados Unidos e tornar desnecessária, na América do Sul, a presença militar externa aos países da UNASUL.

Entre o discurso e a realidade há uma grande distância. Os problemas regionais são de grandes proporções e os objetivos da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano esbarram nos interesses estratégicos de alguns países da América do Sul e principalmente nos interesses dos Estados Unidos, mas os primeiros passos já foram dados e os primeiros êxitos alcançados. As negociações continuam e os países da América do Sul já mostraram que estão dispostos ao diálogo.

3.4 Dificuldades enfrentadas pela UNASUL

Os países membro do MERCOSUL, Argentina Uruguai e Paraguai fazem críticas à proposta da criação de um bloco mais amplo antes de se alcançar uma consolidação mais

significativa do próprio MERCOSUL, amadurecendo suas próprias instituições. Há críticas por parte, principalmente, da Argentina à postura brasileira de defesa da UNASUL, pois se acredita que o Brasil queira fortalecer ainda mais sua posição de liderança regional e que, além disso, o MERCOSUL se tornaria um assunto secundário e haveria estagnação de seu desenvolvimento. De acordo com Llenderozas (2007) Uruguai e Paraguai, que já enfrentam certas dificuldades dentro do MERCOSUL, acreditam que em um bloco ainda mais amplo suas respectivas representatividades seriam ainda menores. Para o Brasil o MERCOSUL e a UNASUL não são projetos rivais, mas sim complementares. Para os outros países do Cone Sul o Brasil almeja utilizar o MERCOSUL como meio para se chegar à UNASUL e, através desta, consolidar sua posição de liderança regional e aumentar sua projeção para o exterior e assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (LLENDEROZAS, 2007 p. 67). Outro ponto de ceticismo dos países da América do Sul é a questão da integração energética, posto que seus projetos sem um plano bem definido de desenvolvimento para os países sul-americanos com a concretização das obras de integração energética, sem se definir de que formas os países se beneficiarão dos projetos, as realizações de tais projetos nada mais serão que dispendiosas obras em transporte comercial de recursos energéticos, como gás e petróleo.

Um significativo entrave ao sucesso das negociações no campo energético na América do Sul é o conflito de interesse existente entre duas das principais economias sul-americanas, Brasil e Venezuela. A Venezuela é o principal produtor e exportador de petróleo da América do Sul, o Brasil, por sua vez, desenvolve projetos na área de biocombustíveis, o etanol, e possui acordo com os Estados Unidos nessa área. Há, dessa forma, um conflito de interesses claro entre os dois países e o questionamento se as nações sul-americanas estão de fato preparadas para abrir mão de seus interesses particulares em benefício de um trabalho rumo à integração regional.

A criação do Banco do Sul, proposta por Venezuela e Argentina no ano de 2007, com o objetivo de complementar as instituições financeiras já existentes na América do Sul, teve uma posição contrária inicialmente por parte do Brasil. Este considerava mais importante o fortalecimento das instituições financeiras já existentes²⁶. Posteriormente, o Brasil se posicionou a favor da construção do Banco do Sul, assim como Paraguai e Equador.

²⁶ As instituições financeiras referidas são o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Plata (FONPLATA) e a Corporação Andina de Fomento (CAF) (LLENDEROZAS, 2007)

3.5 As crises internas do MERCOSUL e CAN

Uma vez que um dos importantes fatores necessários para o sucesso da UNASUL é a aproximação entre o MERCOSUL e a CAN, é relevante para o processo de integração regional a situação em que cada um desses grupos se encontra, pois tanto os sucessos quanto as crises enfrentadas pelos grupos citados repercutem diretamente na situação da UNASUL.

Dessa forma, é importante tratar das crises em que cada um dos blocos se encontra.

O MERCOSUL sofre sérios problemas internos relacionados à falta de confiança entre seus membros, decorrentes de conflitos resultantes de interesses particulares em detrimento dos interesses do bloco. Uruguai e Argentina estão envolvidos em conflito, chamado de “crise das papeleras”²⁷, referente à instalação de usinas de celulose na fronteira entre os dois países, onde ambientalistas, aparentemente com aval do governo argentino, atrapalham os negócios uruguaios. Tal conflito não pôde ser resolvido através do MERCOSUL, o que provocou no Uruguai descrença quanto à eficiência do bloco e dúvidas quanto à viabilidade de vincular seu futuro ao futuro do MERCOSUL, como aponta Llenderozas (2007). Devido à persistência das assimetrias econômicas e comerciais entre os países do Cone Sul e esse tipo de conflito mal resolvido, como o uruguaio e argentino, o futuro do MERCOSUL é incerto. Essa insatisfação do Uruguai e também do Paraguai com as posturas da Argentina e do Brasil e dos rumos tomados pelo MERCOSUL compromete a própria existência do bloco. Uruguai e Paraguai já anunciaram sua disposição em estabelecer acordos bilaterais com os Estados Unidos:

El gobierno paraguayo anunció recientemente que, con el respaldo de los sectores empresarios y la Unión Industrial, pretende la concertación de un acuerdo comercial con las autoridades norteamericanas, sin que sea un tratado de libre comercio. los motivos están fundados en la búsqueda de una alternativa externa ante los tropiezos afrontados por su país dentro del MERCOSUR (LLENDEROZAS, 2007 p. 65).

O ingresso da Venezuela no MERCOSUL traz consigo ainda mais dúvidas em relação ao futuro do bloco, uma vez que Uruguai e Paraguai temem a repercussão desta ampliação do

²⁷ Disponível em: < <http://www.eclac.org/dmaah/noticias/paginas/9/28579/confliourarg2.pdf>>. Último acesso: 02/12/2010.

MERCOSUL. A Venezuela é uma importante economia sul-americana e seu papel dentro do MERCOSUL poderia ofuscar ainda mais a participação e demandas dos sócios menores, é o que eles receiam.

A proposta de criação do Parlamento do MERCOSUL é vista com ceticismo pelos membros do bloco, pois o poder executivo é forte entre os países do Cone Sul e seus parlamentos são pouco representativos. A criação de tal Parlamento não é considerada pelos membros do bloco como um passo importante no processo de integração.

A CAN, assim como o MERCOSUL, enfrenta graves problemas, talvez ainda mais graves que os enfrentados pelo MERCOSUL. O bloco andino já sofreu uma fragmentação, a Venezuela se retirou do grupo em 2006 e está em processo de inserção no MERCOSUL. O presidente venezuelano Hugo Chávez considera irrevogável saída da Venezuela da Comunidade Andina e atribui a culpa pela crise da Comunidade Andina aos países do bloco que assinaram acordos de livre comércio com os Estados Unidos²⁸. Soma-se a isso o fato do atual governo boliviano de Evo Morales e o governo equatoriano terem estreitas relações com o presidente venezuelano Hugo Chávez, que recentemente retirou a Venezuela do bloco. O Peru não descarta a possibilidade de estabelecer relações com os Estados Unidos. De acordo com Carlos Otto Vázquez:

(...) Colombia, Ecuador y Perú, insistieron em 2005 em estrechar sus vínculos com la economía estadounidense mediante la negociación de un tratado comercial, em cual serviría como instrumento a la potencia del norte para profundizar em su proyecto de reordenamiento hemisférico, por outra parte, Venezuela continuó com su estrategia de alejamiento de la postura pro estadounidense y puso en marcha durante 2005 una serie de acciones tendientes, tanto al fortalecimiento de la Alternativa Bolivariana para la América Latina y el Caribe (ALBA), como a la profundización de su visión estratégica del proceso de integración regional, con acciones que incluyen, tanto su acercamiento al MERCOSUL, como el desarrollo de una serie de medidas em matéria energética com países del Caribe y Sudamérica (VÁZQUEZ, 2005).

O caso mais complexo na região é o colombiano. A Colômbia possui acordo bilateral com os Estados Unidos para o combate ao narcotráfico, recebe dos norte-americanos elevadas quantias de dólares para uso na luta contra as FARC (CAMPOS, 2007 p. 81), sendo assim, seus interesses com os Estados Unidos se sobrepõem aos interesses em âmbito regional. No Plano Colômbia está o epicentro dos conflitos diplomáticos na região sul-americana, uma vez que tal acordo compromete não apenas os planos de integração regional, mas

²⁸ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107067.shtml> >. Último acesso: 07/12/2010.

também a boa relação entre os países da região. Estes sentem suas soberanias ameaçadas pela presença militar norte-americana. Um dos maiores opositores à presença norte-americana na região é a Venezuela, antigo membro da Comunidade Andina e um dos países que mais investem nas forças armadas na região. Como se pode notar, a região andina enfrenta séria crise política, algo que compromete a existência da Comunidade Andina de Nações e, conseqüentemente, dificulta, ou talvez, impossibilita, ao menos no curto prazo, a concretização da almejada integração regional sul-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de integração regionais são uma forma de preparação dos países para inserção internacional. Com o mundo globalizado e cada vez mais competitivo é necessário estar preparado para ingressar nessa nova ordem mundial. Por esta razão os países vêm se reunindo em blocos econômicos. São três os principais grupos regionais da atualidade, o da América do Norte, NAFTA, a União Européia, e o da Ásia-pacífico (que engloba importantes economias como China e Japão). Os países da América Latina planejaram alguns projetos de integração com o objetivo de criar um bloco econômico latino-americano de expressão internacional, uma quarta zona econômica no mundo. Por diversas razões não foi possível concretizar tal projeto.

Até meados do século XX as relações entre muitos países da América do Sul, apesar da proximidade territorial, eram mínimas. Estes países possuíam relações mais estreitas com os Estados Unidos ou países da Europa do que com seus vizinhos, como era o caso do Brasil, Argentina, Venezuela dentre outros. Após a Segunda Guerra Mundial foi criada uma instituição pela ONU para pensar os problemas da América Latina, a Cepal, Comissão para a América Latina. A Cepal era composta por uma série de pensadores, estudiosos, políticos, economistas que tinham uma visão diferenciada a respeito dos problemas existentes na América Latina como um todo, uma visão estruturalista dos problemas econômicos do subcontinente. Diferindo da tradicional visão ortodoxa, os cepalinos valorizavam o papel do Estado como estratégico para o desenvolvimento. Os pensadores da Cepal defendiam para a América Latina a idéia de integração regional. Foi a partir da década de 1950 que se iniciaram uma série de tentativas de integração regional, muitas delas não lograram êxito, porém, tiveram importante papel por refletir o desejo que nascia nos governos latino-americanos de trabalhar a idéia de integração e traçar projetos para consolidá-la. Foi, então, a partir da década de 1960, com a criação da CAN, que se iniciaram projetos mais concretos e mais promissores rumo à integração regional. Como o México aderiu ao NAFTA e se aproximou mais dos Estados Unidos do que da América Latina, a idéia da criação de um bloco que abrangesse todo o continente latino-americano perdeu força. Sendo assim, as atenções do Brasil, país que se posicionou como liderança

no processo de integração, se voltaram para a América do Sul. A região sul-americana vem trabalhando o processo de integração, principalmente no final do século XX, como uma estratégia de se inserir nesse novo contexto internacional com melhores condições de competitividade e de obter benefícios de tal inserção. Inicialmente, ainda no governo FHC, houve negociações com o intuito de aproximar os países da América do Sul e criar através da aproximação entre os blocos econômicos CAN e MERCOSUL, e também Chile, Suriname e Guiana, uma área de livre comércio na América do Sul, incluindo a criação da infra-estrutura necessária para viabilizar tal integração, a IIRSA. Com o fim do governo FHC e o início do governo Lula, as iniciativas para a integração regional ganharam nova força. Lula inseriu seu discurso de cooperação entre os países do continente para a realização de uma integração justa, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. Devido ao fato de terem ascendido ao poder diversos governos de alinhamento esquerdista na América do Sul no início do século XXI, o projeto de integração sul-americano, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, prossegue e é nesse contexto que foi criada a UNASUL. Uma grande diferença entre a UNASUL e os blocos anteriormente criados ou apenas projetados, mas não bem sucedidos, é que a UNASUL foi o resultado de medidas adotadas antes de existir verdadeiramente o plano de sua criação. Primeiramente foram realizadas reuniões entre os chefes de Estado da América do Sul, debatido temas como democracia no subcontinente, determinada a necessidade de aproximação entre a CAN e o MERCOSUL, além do Chile, para a criação de uma grande área de livre comércio na América do Sul; foi determinada a criação da infra-estrutura para a América do Sul, obras foram iniciadas nesse aspecto, e, então, somente em 2008 surgiu oficialmente a UNASUL. Talvez este fato faça deste bloco, apesar de tantas dificuldades ainda enfrentadas, o projeto de integração com maior maturidade que existiu na América do Sul.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ALPERSTEIN, Aída Lerman. Mercosur y La Crisis Actual. In: El Mercosur en la integración latinoamericana y caribeña: Contextos, dimensiones y procesos. México, Universidad de Guadalajara, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2006.

AMAYO, Zevallos. E. Amazonía, Mercosur y las Posibilidades de Integración. In: El Mercosur en la integración latinoamericana y caribeña: Contextos, dimensiones y procesos. México, Universidad de Guadalajara, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2006.

AYERBE, L. F. A Política externa dos Estados Unidos frente ao novo milênio: identidade cultural, interesse nacional e relações interamericanas. Cenários, Araraquara, n. 2, p.57-80, 2000.

AYERBE, L. F. (2003) O Ocidente e o “Resto”. A América Latina e o Caribe na Cultura do Império. Buenos Aires: CLACSO.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Geopolítica e Política Exterior, Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
[HTTP://www.unasur.org](http://www.unasur.org)

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Política Externa. Disponível em:

[HTTP://www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br) política externa. Acesso: 22/05/2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2008. Disponível em:

[HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 22/05/2010.

CAMPOS, Carlos Oliva. El ALBA Y la UNASUR: Entre la concertación y la confrontación. In: Anuário de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2007. Série Relações Internacionais e Mundo Contemporâneo, 5. Araraquara, Laboratório Editorial-UNESP, 2007.

CAMPOS, Rogério Pereira. As Relações Brasil-Peru de 2003-2008 e o Fator (Des)Integrador da Amazônia. Dissertação (Mestrado), 2010.

CEPAL, 1959. A significação do mercado comum no desenvolvimento econômico da América Latina. In: Bielschowski, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Conselho Federal de Economia – COFECON/Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª Ed. Brasília: UnB, 2002.

CHUDNOVSKY D. y A. LOPEZ (s.f) La inversión extranjera directa en el Mercosur: un análisis comparativo, em [HTTP://www.redmercosur.org.uy](http://www.redmercosur.org.uy).

COSTA, S.; SANGMEISTER, H.; STECKBAUER, S.(orgs.). O Brasil na América Latina: interações, percepções, interdependências. São Paulo, Annablume; Adlaf; Fundação Heinrich Böll, 2007.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. A Política Externa Brasileira frente ao Conflito das Falklands/Malvinas (1982). São Paulo: PUC- SP, 2006.

FURTADO, C. A economia latino-americana, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GAJATE, Rita Gajate. Convergência CAN-MERCOSUR: ?Clave para el futuro de La Comunidad Sudamericana de Naciones?. In: Anuário de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2007. Série Relações Internacionais e Mundo Contemporâneo, 5. Araraquara, Laboratório Editorial-UNESP, 2007.

GODOY, Roberto. Brasil Planeja Frota Nuclear. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 novembro. 2010. Nacional, p. A16.

IIRSA. IIRSA em Números. Dez. 2008. Disponível em:

[HTTP://www.iirsa.org//documentos.asp?codidioma=esp](http://www.iirsa.org//documentos.asp?codidioma=esp). Acesso em 22/05/2010

IIRSA. Sector de Documentos de IISA. Disponível em:

[HTTP://www.iirsa.org//documentos.asp?codidioma=esp](http://www.iirsa.org//documentos.asp?codidioma=esp). Acesso em: 22/05/2010

JÁCOME, Francine. Regional Responsibilities: The Role of Unasur. Set 30. Disponível em :<http://www.seguridadregional.fes.org/cgi-bin/showdocspar.asp?ISBN=4977>. Último acesso: 29/10/2010.

JAGUARIBE, H. El proyecto sudamericano. *Foreign Affairs* em espanhol, abr.-jun. 2005.

LLEENDERROZAS, Elsa. MERCOSUR-UNASUR. Convergencias y divergencias en el proceso de integración. In: Anuário de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2007. Série Relações Internacionais e Mundo Contemporâneo, 5. Araraquara, Laboratório Editorial-UNESP, 2007.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. In: O Brasil e a América do Sul: Desafios no Século XXI. Coleção América do Sul. Brasília: Funag/IPRI, 2006.

SERBIN, Andrés. Multipolarid, Liderazgo e Instituciones Regionales: Los Desafios de La Unasur Ante La Prevención de Crises Regionales. Set.2009. Disponível em: <www.ceipaz.org/images/contenido/AndresSerbin.pdf> último acesso: 29/10/2010.

SANTOS, Luiz Claudio Villafañe Gomes. A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro. Dissertação (Mestrado), 2005.

SOARES, José Filho. MERCOSUL: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. *Direito Internacional*, Brasília, 2009, n. 46, p. 21-38. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/viewFile/1283/1284>>. Último acesso: 15/11/2010.

VÁZQUEZ, Carlos Otto. La comunidad andina em 2005: AL borde la de ruptura. In: Anuario de la integración Latinoamericana y Caribeña. Série Relações Internacionais e Mundo Contemporâneo, 4. Araraquara, Laboratório Editorial-UNESP, 2007.

WEFFORT, F. C. Formação do pensamento político brasileiro – Idéias e personagens. São Paulo, Ática, 2006.

SITES DA INTERNET:

http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/vsitiowebp/quienes_somosp

<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/siglarior2/a/ALCSA.html>

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>

HTTP://WWW.CAMARA.GOV.BR/MERCOSUL/A_RELATORIOATIV/REL_08-17-DEZ-04.HTM

<http://www.receita.fazenda.gov.br>

<http://www.iirsa.org>

<http://www.cdsunasur.org>

<http://www.eclac.org>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107067.shtml>